

Leônidas condena o ataque à Junta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, considerou "infeliz e injusta" a referência do deputado Ulysses Guimarães sobre a Junta Militar que ocorreu a Constituição de 1969, qualificada pelo presidente da Constituinte como integrada por "três patetas".

"Estou convicto de que o dr. Ulysses Guimarães não repetiria hoje a lamentável frase que proferiu em momento de emoção mal administrada", afirmou o general Leônidas Pires Gonçalves na nota de nove linhas distribuída ontem à imprensa depois das 18 horas.

O ministro defendeu os integrantes da Junta lembrando que eles adotaram, "em seu tempo histórico, a decisão que julgaram ser do interesse do Brasil".

Referindo-se ao general Lyra Tavares, ao almirante Augusto Rademaker e ao brigadeiro Márcio Alves como "três antigos chefes militares respeitáveis e respeitados", o ministro observou: "Nenhum homem público está livre de injustiças de julgamento, por isso, a impenitência na avaliação de fatos passados, esquecendo suas circunstâncias, é desaconselhável".

Segundo se soube através dos assessores do ministro, por volta das 7 horas da manhã, o general foi informado da ocorrência, porém ninguém sabia, dentro do QG do Exército, que a resposta se daria de forma tão imediata e incisiva. Isso porque não é hábito do ministro Leônidas Pires Gonçalves rebater,

"A referência foi infeliz e injusta"

Esta é a íntegra da nota do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves:

"A referência do dr. Ulysses a três antigos chefes militares, respeitáveis e respeitados, foi infeliz e injusta.

Eles adotaram, em seu tempo histórico, a decisão que julgaram ser do interesse do Brasil.

Estou convicto de que o dr. Ulysses não repetiria hoje a lamentável frase que proferiu em momento de emoção mal administrada.

Nenhum homem público está livre de injustiças de julgamento, por isso a impenitência na avaliação de fatos passados, esquecendo suas circunstâncias, é desaconselhável".

ao menos no mesmo dia, notícias publicadas em jornais. Para isso o general faz uso da primeira página do *Noticiário do Exército*, nas edições de quinta-feira. Pela preste e pelo tom a nota chamou a atenção e surpreendeu até outros gabinetes militares, que desconheciam o ato do titular da Pasta do Exército.

Na Aeronáutica, segundo o porta-voz, não haveria manifestação oficial, e o ministro, contrariando seus hábitos de só sair do gabinete às 19 horas, retirou-se para casa ontem às 18 horas.

Na área militar as afirmações do deputado Ulysses Guimarães foram recebidas com desagrado. Segundo um oficial superior, "Ulysses não deveria estar em seu estado normal para dizer uma coisa dessas". Outro rebateu dizendo que o dr. Ulysses deve ter feito a referência aos "três patetas" depois de ter assistido à programação do carnaval. Outros ainda consideraram bastante infelizes os comentários do presidente da Constituinte e disseram que a alusão à Junta Militar se deu numa conjuntura pouco favorável ao deputado — remédios ou bebida.

Na Marinha, o silêncio foi absoluto, mesmo porque o ministro Henrique Sabóia ainda não voltou de seu retro de carnaval.



Ulysses, que recebeu cumprimentos de constituintes, tenta evitar a imprensa

"Tenho respeito pelos militares"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Tenho muito respeito pelos militares", garantiu ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, explicando a sua declaração, feita em São Paulo, em que chamou de "três patetas" os integrantes da Junta Militar que outorgou a emenda constitucional de 1969 — a Constituição atual. Ulysses garantiu que não quis provocar a área militar, mas afirmou que "quem baixa uma Constituição autoritária merece a condenação da História".

Declarando-se amigo pessoal dos ministros da área do governo Sarney, Ulysses afirmou que não tem "nenhum intuito de sequer melindrar os militares". A declaração, disse, poderia envolver qualquer categoria. "Qualquer uma delas mereceria a mesma censura, já que nós impusemos goela abaixo esse estatuto autoritário que aí está, e que nós vamos substituir pela nova Constituição", afirmou. Depois ressaltou: "Eu fiz referência a d. Pedro I, que dissolveu a Constituinte de 1823, e fiz referência à categoria que também merece censura da sociedade". Ainda se referindo à área militar, Ulysses lembrou que a reconhecer como instituição e tem conversado com seus ministros. "Fui

um dos primeiros a me interessar, a preservar a instituição para que fosse incluída na Constituição que hoje estamos elaborando", disse. E aproveitou para, mais uma vez, colocar-se contra a idéia de "zerar" a Constituição.

Quando os jornalistas insistiram em que Ulysses falasse sobre a nota do ministro do Exército, ele se limitou a responder: "Não tenho comentários a fazer". Pouco antes, Ulysses estivera reunido com os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Virgílio Távora (PDS), e os deputados José Serra e Nelson Jobim (PMDB). Os senadores, ao deixarem o gabinete do presidente da Constituinte, declararam que ele não diria mais nada, encerrando o assunto. Outro parlamentar informou que Ulysses achou a nota do ministro Leônidas Pires Gonçalves "bem colocada" e que estava decidindo a encerrar o assunto "para evitar explorações, como no caso da referência que fez, ainda no governo Ernesto Geisel, a Idi Amin Dada, de Uganda, que provocou mal-estar nas Forças Armadas".

Um dirigente do PMDB, que também esteve com Ulysses, relatou a decisão do presidente da Constituinte: "Ciente. Arquive-se". Ulysses tomou conhecimento da nota do ministro do Exército por inter-

médio do chefe da Adirp - Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara.

"COMO CANDIDATO"

Ulysses Guimarães "agiu mais como candidato em plena campanha", ao chamar os ex-integrantes da Junta Militar de "patetas". A opinião é do presidente José Sarney, que comentou ainda, com parlamentares do próprio partido, que se houver eleições presidenciais este ano, o PMDB será derrotado por Leonel Brizola.

O presidente Sarney e Ulysses Guimarães conversaram ontem à tarde pelo telefone, logo após o encerramento da sessão da Constituinte. O presidente da República havia deixado recado no gabinete da Presidência da Constituinte, pedindo que Ulysses lhe ligasse "com urgência", mas o multipresidente só devolveu o chamado às 17h30. Vários constituintes foram ao gabinete de Ulysses solidarizar-se com ele por suas declarações. Sorridente e tranqüilo, Ulysses agradecia. "O velho está com a corda toda", comentou um assessor, ao ouvir as risadas descontraídas de Ulysses e do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que chegou dizendo que fazia questão de "abraçar o herói do dia".

Plenário não atende ao apelo e fica vazio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, lamentou ontem a falta de quórum no plenário para que fossem retomadas as votações do texto constitucional. "Eu contava com o quórum", disse Ulysses, afirmando estar telefonando a todos os constituintes, em Brasília ou não, para que venham votar.

"Até a semana passada, mantivemos um ritmo de trabalho que envolvia 12, 15 e até 18 votações de emenda a cada dia, em um esforço do qual ninguém poderia duvidar", destacou Ulysses. Segundo o deputado, esse ritmo recebeu o reconhecimento da opinião pública: "A opinião pública registra aqueles que vêm e os que não vêm", afirmou, afastando a possibilidade de que os ausentes fossem punidos.

Até domingo, Ulysses terá finalizado um estudo através do qual pretende conhecer o tempo que tem sido gasto nas votações para depois fazer uma projeção sobre os textos que ainda precisam ser votados. Conforme o resultado do estudo, segundo o deputado, serão feitas sessões à tarde com prorrogações à noite e também de manhã. Ulysses manteve a convocação de sessões também nos finais de semana.

A sessão de ontem foi iniciada às 15 horas, com apenas 12 consti-

tuíntes em plenário. Ulysses resolveu assumir a presidência da Assembleia somente às 16h50, quando já havia cerca de 200 parlamentares presentes, e foi aplaudido de pé ao entrar. Apenas 233 dos 559 constituintes regressaram a Brasília para retomar as votações depois do carnaval. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) apresentou projeto de resolução para que o *Diário da Constituinte* publique a cada dia os nomes dos parlamentares ausentes.

INDENIZAÇÃO

Ulysses defendeu ontem que, na questão da estabilidade no emprego, a indenização permaneça no texto constitucional, desde que não sejam eliminadas outras formas de compensação, estabelecidas por lei ordinária. O deputado qualificou de "flexível e interessante" a proposta do relator Bernardo Cabral, que segundo Ulysses pode ser negociada hoje entre as lideranças partidárias.

A emenda do relator estabelece "a garantia de emprego, protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma de lei complementar, que disporá sobre a conversão em indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos".

"A proposta de Cabral não satisfaz", afirmou o deputado José Lins (PFL-CE). "Primeiro ela fala em garantia, depois apenas admite a indenização. O Centro quer a indenização no texto, com forma a ser fixada pela lei ordinária", concluiu.

Constituinte deve definir mandato, diz governador

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem a adoção pela Constituinte do mandato de quatro anos para presidente da República, com direito à reeleição, na hipótese de manutenção do regime presidencialista, que considera "ideal" para o País. Ficarão a critério da Constituinte, salientou, fixar ou não essa norma para o mandato do presidente José Sarney.

Quércia rejeitou a tese de eleições gerais logo depois da promulgação da futura Constituição, dizendo que o mandato dos governadores não está em discussão. "O que está sendo cogitado é o mandato de presidente da República e quem começou essa discussão foi o próprio presidente Sarney, ao abrir mão de um ano de mandato." O governador, que almejou ontem na Câmara com dez deputados da bancada paulista, considerou "ridícula" a realização de eleições gerais, lembrando que os atuais cargos executivos regionais foram preenchidos por eleição direta.

Orestes Quércia ressaltou a soberania da Constituinte, dizendo que se ela decidir por quatro ou cinco anos, parlamentarismo ou presidencialismo, "devemos dar força para a Constituinte". Ele negou ser candidato à Presidência da República, citando o deputado Ulysses Guimarães como "candidato natural" do PMDB às próximas eleições presidenciais. "Estou há pouco mais de um ano de governo, não posso pensar agora em ser candidato a presidente da República", explicou. O governador não quis confirmar se a candidatura de Ulysses havia sido discutida no encontro que manteve com o presidente da Constituinte, em São Paulo. "A gente conversa, mas diz para os jorna-

listas que não conversou", respondeu.

Sobre as declarações de Ulysses Guimarães que se referiu aos ministros da Junta Militar de 1969 como sendo "os três patetas", Quércia afirmou que, pessoalmente, jamais faria declaração como esta. "Mas o presidente Ulysses é um homem muito respeitável e tem responsabilidade para assumir o que disse".

Para o deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP) os ataques do governo à Constituinte prejudicam os cinco anos. Segundo ele, existe apenas uma "leve posição" em favor dos cinco anos na bancada: "Uns três ou quatro votos de diferença", revelou.

O deputado Airton Pedrossi (PMDB-SP) afirmou que as declarações de Ulysses Guimarães representam "uma virada há muito esperada por todos nós". Pedrossi acredita que a reação de Ulysses seja o início do rompimento com o governo e a sua opção por eleições diretas ainda este ano.

DOIS TURNOS

Os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC), Virgílio Távora (PDS-CE) e Divaldo Suruagy (PFL-AL), ex-governadores, deverão votar contra a eleição em dois turnos para as prefeituras municipais, afirmando que ela encarece o processo eleitoral e corre o risco de deturpá-lo.

"As eleições nos pequenos municípios são definidas em função do prestígio pessoal dos candidatos e não dos partidos. Não tem sentido o segundo turno, a não ser nos municípios de mais de um milhão de habitantes", afirmou Suruagy.

Para o senador Jorge Bornhausen, a eleição para segundo turno só pode ser para presidente da República. "Se for adotada para os governos estaduais e para as prefeituras municipais encarecerá a campanha e tornará impossível seu financiamento pelos partidos", advertiu.

Encontro liberal em Brasília

O Instituto Tancredo Neves patrocina em Brasília, nos dias 24 e 25 deste mês, um seminário internacional que analisará, a partir da posição liberal, a situação política de países da América Central e do Sul. No primeiro dia, às 9 horas, no segmento sobre a América Central, o seminário abre com uma exposição de Virgílio Godoy, da Nicarágua, sobre o tema "Condições para um acordo nacional". Em seguida, Jorge Brizam, de Granada, discute "Antecedentes políticos e futura eleição" em seu país. E Marc Bazin, do Haiti, analisa as "Conseqüências do último pleito presidencial".

Vem depois o segmento sobre a América do Sul, com Oscar Godoy, do Chile (As opções e a sucessão

presidencial), Domingo Laino, do Paraguai. (O presente pleito presidencial) e Ernesto Semper, da Colômbia (Sociedade e grupos anti-sociais).

Na parte da tarde, os participantes almejam com parlamentares, fazem um debate sobre Relações latino-americanas — Atual estágio e perspectivas — e, às 21 horas, jantam com representantes do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

No segundo dia do encontro, 25, a manhã será ocupada por uma reunião com membros da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Brasileiro, e a tarde por um amplo debate com professores universitários interessados na área.



José Sarney

Cardoso prefere evitar confronto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, advertiu ontem que o momento é "muito delicado". Se o confronto político se acentuar será um erro imaginar que "a crise vai para a porta dos gabinetes do presidente Sarney e do consultor-geral Saulo Ramos".

O líder do PMDB reconheceu que o presidente do seu partido, Ulysses Guimarães, "não foi feliz" na referência feita aos ministros militares que patrocinaram a emenda constitucional n.º 1, de 1969, mas lembrou que quem se der ao trabalho de ler o inteiro teor de suas declarações, e não pincelar partes isoladas, irá constatar que sua intenção não terá sido a de acirrar conflitos. Fernando Henrique admitiu, no entanto, que se o episódio for supervalorizado, "o que seria um erro", o PMDB poderia ser atingido na medida em que um ingrediente a mais seria adicionado a uma crise de relacionamento de poderes.

Ao lamentar o mau diálogo do presidente da República com a Assembléia Nacional Constituinte, pela não-utilização dos canais de comunicação para discutir temas controversos e também relevantes, Fernando Henrique afirmou que,

neste particular, o diálogo com os militares tem sido produtivo e o comportamento deles com relação à Constituinte está "correto".

Ao definir o momento atual como de uma tentativa de confrontação política estimulada por alguns auxiliares do presidente da República, Fernando Henrique fez duas acusações: ao consultor-geral Saulo Ramos, que "está exorbitando de suas prerrogativas", e ao ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, que "propôs zerar a Constituinte e instituir uma comissão de juristas para trabalhar em cima do texto da Carta de 1946. Só falta ele dizer que a nova Constituição deverá ser editada por um ato institucional".

As críticas de Ulysses aos integrantes da Junta Militar que baixaram a Constituição de 69 podem representar o primeiro choque do candidato a presidente com o governo Sarney. A observação é de um influente líder do PMDB, que fez questão de deixar claro que discorda do "novo estilo" do presidente do partido. Mais discreto, o senador paulista Mário Covas, comentou sorrindo apenas que "o dr. Ulysses tem razões que a nossa razão desconhece". Depois, sério: "Mas eu não gostei do que ele falou. Não é o seu estilo". O deputado Delfim Net-

to (PDS-SP) censurou as declarações de Ulysses Guimarães, e o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ironicamente, comentou: "O dr. Ulysses val acabar pedindo desculpas por ter dito o que disse".

CONSTITUINTES

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) acha otimista a previsão da data 21 de abril para a conclusão dos trabalhos da Constituinte, como espera o deputado Ulysses Guimarães, e opinou que "até maio, com segurança, a nova Carta estará pronta".

"Acredito que, quando usou a expressão 'na marra' para definir seu propósito de concluir os trabalhos da Constituinte em abril, o dr. Ulysses apenas externou as pressões que vem sofrendo neste sentido", afirmou o deputado Bonifácio Andrade (PDS-MG), para quem os trabalhos de elaboração da nova Carta devem ser apressados, a fim de atender ao pedido da opinião pública.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, mostrou-se cauteloso quanto ao prognóstico de Ulysses: "Deve haver esforço nessa direção, mas acho difícil tal previsão se realizar. Estamos praticamente em março".

Souza e Mello espera por um Gorbachov

AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro da Aeronáutica, marechal-dor Márcio de Souza e Mello, disse ontem, no Rio, que o presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, "não tem respeitabilidade, é um verme que tem prejudicado este país e, por isso, suas ofensas a Ulysses de 1969 não merecem sequer resposta". E prosseguiu: "Em 40 anos de política profissional, o que ele fez pelo País? Não tem credibilidade. E um dos responsáveis por esta situação lamentável em que o País se encontra, pois cuida de seus interesses pessoais e não dos interesses do Brasil. Há homens realmente de bem que, apesar de pensarem diferente de nós, merecem nosso respeito. Mas não um reles oportunista".

GORBACHOV

Na opinião do ex-ministro da Aeronáutica, a realização de eleições presidenciais "com esta máquina partidária que aí está" levará o País a prosseguir com seus atuais problemas. Daí porque o Brasil necessita "de um fato novo, de um homem novo, de um Gorbachov, que cito simbolicamente porque ele é um fato importante, pela coragem de mudar o que perdurou durante 70 anos".

Prosseguindo, o marechal-dor disse que o melhor para o Brasil é que o próximo presidente não seja um político profissional "envolvido com uma máquina política partidária desmoralizada" e defendeu o nome do industrial Antônio Ermirio de Moraes para suceder a Sarney na Presidência da República. "pois ele, sim, já fez e faz muito por este país. Quantos mil empregados ele tem? Quantas famílias vivem através do trabalho destes milhares de empregados? Acredito que ele sim, por não ter projeto político-partidário, por não depender da política, poderá fazer alguma coisa importante para o País".

Márcio de Souza e Mello afirmou também que eleições diretas "para entregar o País a políticos profissionais, a homens preocupados com seus interesses pessoais e de grupos, pouco adiantarão, provavelmente". Mas destacou que suas críticas à atual situação "não devem ser interpretadas como um estado de desânimo em relação ao Brasil".

Outros militares que comentaram as críticas de Ulysses Guimarães à Junta Militar de 1969 disseram que o deputado chegou a pedir favores, que foram atendidos, à área militar. O capitão-de-fragata Nelson Veriangieri d'Oliveira, da reserva remunerada, classificou as declarações de Ulysses de "demagógicas, somente próprias de pessoas desequilibradas". Destacou, ainda, que o deputado, "ao tentar atingir três ilustres oficiais-generais das nossas Forças Armadas, desrespeitou até a memória do saudoso almirante Augusto Rademaker".

Outra crise para Sarney

CARLOS CHAGAS

Não adianta tapar o sol com a peneira. É uma crise. Não terá sido por preocupação com a imagem de três oficiais-generais que usurparam o poder e golpearam a Constituição, mais do que vinha sendo golpeada, que o ministro do Exército se meteu a censurar o presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Pessoalmente, ele não terá opinião muito diferente da do dr. Ulysses, a respeito do papel exercido pelo general Lyra Tavares, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio Mello. Afinal, além de desonrar a farda, assaltando a Presidência da República e mandando prender o vice-presidente Pedro Aleixo, para que não assumisse o lugar do marechal Costa e Silva, aqueles lamentáveis ministros militares de setembro de 1969 não levaram dois meses para receber o repúdio quase geral das próprias Forças Armadas. Haviām encerrado um plano para permanecer no poder enquanto durasse o mandato de Costa e Silva, impedido de governar pela doença. Queriam ficar exercendo a Presidência da República, "interinamente", até 15 de março de 1971. Um horror, apenas ultrapassado pela solução que tiveram de engulir, a de realizar "eleições diretas" entre todos os oficiais-generais do serviço ativo, para a escolha do general Garrastazu Médici como presidente definitivo. Ainda por cima, "garfaram" aquele pleito singular, pois o ven-

cedor nos quartéis seria o general Afonso Albuquerque Lima.

Fica evidente que o ministro do Exército da Nova República foi levado a expedir a nota de ontem por ação ou pressão de suas bases. Pode ter sido infeliz a referência de Ulysses Guimarães à mais recente junta militar de nossa história. Não tinha nada que levantar velhos fantasmas. Mas injusta não foi. O mínimo a dizer daqueles generais foi mesmo o que disse. Porque a "decisão que adotaram no seu tempo histórico", lamentável, jamais exprimiu o interesse do Brasil; representou o interesse dos partidários da ditadura, que Costa e Silva, inutilmente, tentava derrogar.

Indaga-se, agora, como ficarão as coisas. Mal, é claro. Quando o dr. Ulysses Guimarães tiver de assumir outra vez a Presidência da República, como despachará com os três ministros militares? Como comandante supremo das Forças Armadas, o que será durante qualquer ausência do presidente Sarney do território nacional, se sentirá em condições de dar ordens e de ser obedecido?

Muito pior ficou a emenda do que o soneto, nesse poema do absurdo produzido quarta-feira e ontem pela Nova República. Porque, vale repetir, o ministro do Exército sentiu necessidade de expedir a nota. Necessidade fatalmente baseada no pensamento de seu pano de fundo. Teria bastado a ele, se quisesse lavar a honra de antecessores atingidos, solicitar a deputado ou sena-

dor de sua preferência que subisse à tribuna da Constituinte para contraditar o dr. Ulysses. Se falou, ou melhor, se escreveu, no que terá sido um "pronunciamento" militar, é sinal de que o processo de consolidação democrática atravessa zona de turbulência. Nada desesperador, nem prenúncio de confronto iminente, é claro, mas uma indicação perigosa.

É sempre bom lembrar, já que se fala de um passado de 20 anos atrás, ter sido mais ou menos através de um episódio igual que o País mergulhou no Ato Institucional n.º 5. Um jovem deputado, num momento infeliz, e, naquele caso, também injusto, conclamou o povo a não comparecer aos desfiles do 7 de Setembro, no que seria a demonstração de repúdio ao governo militar. Também exortou as donzelas para que não dançassem com cadelos e jovens oficiais, nos bailes da Independência. O resultado foi que em 48 horas aquele discurso estava distribuído por todos os quartéis do País, com uma introdução redigida nos ministérios militares, alertando a tropa para "a maneira de como o Congresso trata as Forças Armadas". Do resto, todos se lembram: o fechamento completo das instituições democráticas, a comemoração pelo Congresso, e o início dos anos trágicos de censura, repressão, conflitos e horrores.

Bem que o presidente José Sarney merecia ler isto dormir, ontem, sem mais essa crise. Mas não foi.